

**Florestan Fernandes**

**F**inalmente, a mensagem militar veio seca, direta e explícita. Ao fim de um almoço, que reuniu todos os ministros militares (o ministro do Exército, Leônidas Pires, o da Marinha, Henrique Saboia, o da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, o do SNI, Ivan Mendes, o ministro-chefe do EMFA, Paulo Roberto Camarinha, e o do Gabinete Militar, Bayma Denis), o ministro Moreira Lima deixou o rei nu. Eles estão apreensivos diante da probabilidade da aprovação de um mandato de quatro anos, pois “estão sentindo que as eleições este ano trarão dificuldades insuperáveis que, somadas às dificuldades existentes, podem afetar as instituições e a governabilidade do País”. Entendem que o mandato de cinco anos para o presidente em exercício “é fundamental para assegurar a transição e a governabilidade do País”. A essa preocupação geral, parece que se soma certa tolerância quanto ao sistema de governo. O próprio ministro asseverou que o parlamentarismo “é uma experiência nova”, embora “alguns acham que o parlamentarismo é um problema para se discutir no futuro, outros acham que o parlamentarismo é a solução para a crise”. A equação não contém nenhum enigma: no que respeita ao mandato de quatro anos, “cada um tomará sua decisão” (*Jornal de Brasília*, 11/3/88).

Os fatos ainda não são consumados, mas assumem uma feição conhecida. Os chefes militares acabaram utilizando sua arma predileta, a intervenção potencial. Trata-se de uma mensagem, desta vez dosada para pôr em movimento a engrenagem política enguiçada do Estado brasileiro. As reações defensivas e ofensivas dos políticos ditarão se o remédio é suficiente ou se é preciso ir mais longe. No entanto, ele desmascara a natureza do “desengajamento do militar da política”, que muitos “brazilianists” deram como efetivo. Na verdade, como em outros países da periferia (inclusive da América Latina), o celebrado “desengajamento” foi mais aparente que real. A “conciliação conservadora” nunca deixou lugar a dúvidas. Os chefes militares concordaram em dividir sua autoridade e seu poder real à frente do governo com a improvisada Aliança Democrática, mas foram muito hábeis nas escolhas feitas e nos arranjos administrados. A “transição lenta, gradual e segura”, metamorfoseou-se em “transição democrática” apenas na retórica esperta da liderança políti-

ca civil, com as figuras de proa do PMDB à frente. Constituiu-se um governo fabricado calculadamente para instrumentalizar o cronograma político-militar, o que implicava algo mais do que localizar os militares atrás do trono — pressunha que eles mantinham prerrogativas intocáveis e que, dentro dos limites que foram estabelecidos (e que algum dia iremos conhecer minuciosamente), eles possuíam plena autonomia de decisão. Não estavam subordinados ao governo. O governo é que deveria ser omissivo e submisso!

A questão política que se evidencia consiste nas alternativas que semelhante composição permite nas condições atuais. Golpe dentro do golpe (esclarecendo-se que a “conciliação conservadora” foi um golpe e que uma intervenção militar aberta será um “golpe preventivo”)? Transição dentro da transição (supondo-se que o deslocamento envolveria uma nova “conciliação pelo alto”, agora escandalosamente regressiva e perigosamente repugnante ao conjunto da Nação)? A retórica militar situa-se em um plano tático. A Assembléia Nacional Constituinte é livre para decidir quanto ao sistema de governo. Todavia, ela arrisca anéis e dedos se avançar até ao mandato de quatro anos. Não se trata de um baile de máscaras. O que é aparentemente secundário, a duração do mandato, apresenta-se como o essencial. E o que é essencial, o sistema de governo, resvala para uma posição secundária. O velho Shakespeare foi o mais sábio dos homens. Há muitas coisas entre o céu e a terra que a razão desconhece...

Se não formos bobos, não será difícil atinar com a lógica política dessa tática autodefensiva dos chefes militares. A ANC tornou-se uma ameaça a partir do momento em que ela avançou dos devaneios constitucionais para a prática política. Por que o temor diante do mandato de quatro anos? Porque a ele se seguem eleições diretas ainda em 1988. Por que as eleições seriam indesejáveis? Porque elas conduziriam à destruição do arranjo político que se designou, com muita elegância, de “transição democrática”. O fim desta contém o caráter explosivo e cataclítico de uma bomba de hidrogênio. Os chefes militares e seus acólitos civis não temem Brizola e, tampouco, as “dificuldades” inerentes à situação existente. Eles têm convivido pacificamente com as iniquidades e a degradingolada da economia, a desorganização em cadeia da sociedade civil e o caos implan-

tado em todas as instâncias do Estado. Até parecia que essas “dificuldades” catastróficas faziam parte de seus planos de “recrudescimento”, pois deixaram-nas crescer e multiplicar-se, como se esse fosse o “destino manifesto” do Brasil.

Isso nos remete a outra rota política. Quais são as ramificações dos “desperdícios” cobertos e descobertos da “nova” República e quais são seus vínculos com o sistema de poder militar e com o complexo industrial-militar? Note-se: não se suscita, aqui, nenhuma increpação contra a honra dos chefes militares. As múltiplas notícias e os vários documentos sobre a corrupção não os atingiu nem individual nem coletivamente. Mas existem coisas dentro de uma Nação capitalista que são piores que a pilhagem, a corrupção e o assalto à riqueza pública, os quais muitos historiadores, economistas e sociólogos comprovaram ser a via normal da acumulação acelerada do capital. O que ocorreu, em nossa escala de prioridades ultradeformadas, na conversão rápida do Brasil em um dos centros mundiais estratégicos da produção de artefatos e equipamentos militares de tecnologia avançada? Esse sonho de grandeza, que é por si mesmo um pesadelo para a Humanidade e um mal irreparável em um país de miséria crônica e arruinado, explica muitas coisas, visíveis e invisíveis. Assimilamos um plano de militarização global que transcende os nossos recursos e as nossas necessidades mais urgentes. Convertemos o delírio em realidade e ele cavalga o Estado, dirigindo-o para a ruína.

Já não há como recuar. Bons ou maus políticos que fossem, os chefes militares precisam de mais do que um endosso ou de uma carta branca, para seguir em frente. O presidente em exercício gastou muita saliva para convencer o Povo de que fazia “tudo pelo social”. As suas palavras, desmentidas pelos fatos, destruíram a sua imagem e a sua credibilidade. No entanto, ele está aí, bem ao alcance das mãos para ficar outro ano (ou mais!). O mandato e sua duração tornaram-se, assim, essenciais e a ANC uma entidade a ser domesticada ou a ser definida como uma inimiga. Isso se chama “ganhar um respiro”. Isto é, contar com certo tempo que permita recompor o quadro político nas condições mais propícias aos desígnios dos garantes da ordem e do poder, que querem tão pouco para si e tanto para a glória do Brasil-potência.